

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.678, DE 2000

Institui contribuição de intervenção no domínio econômico, destinada a financiar projetos de infra-estrutura.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: DEPUTADO EDUARDO PAES.

I – RELATÓRIO

O Projeto de lei nº 3.678, de 2000, oriundo do Poder Executivo, institui contribuição de intervenção no domínio econômico, destinada a financiar projetos de infra-estrutura, a cargo do Ministério da Integração Nacional, localizados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

A proposição foi aprovada nas Comissões de mérito, ou seja, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior e Comissão de Finanças e Tributação, e vem a esta Comissão para a análise da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II - VOTO DO RELATOR

A contribuição de intervenção no domínio econômico, destinada a financiar projetos de infra-estrutura, será devida pelas pessoas jurídicas, beneficiárias de incentivo fiscal nas áreas da SUDAM e da SUDENE,

que pagarem, entregarem, empregarem ou remeterem lucros ou dividendos a residentes ou domiciliados no exterior. Incidirá sobre o valor, e na data, do pagamento, da entrega, do crédito, do emprego ou da remessa, à alíquota de quinze por cento.

A contribuição também será devida nos casos de lucros ou dividendos atribuídos a pessoa jurídica domiciliada no País, com sócios ou acionistas residentes ou domiciliados no exterior.

A contribuição não se aplica no caso de lucros ou dividendos atribuídos a residentes ou domiciliados em país que mantenha com o Brasil acordos para evitar a dupla tributação, com cláusula que admita o aproveitamento do crédito do imposto de renda dispensado em razão de isenção regional.

A proposição tem base constitucional no art. 149 da Carta Magna, pelo qual compete exclusivamente à União instituir, entre outras, contribuições de intervenção no domínio econômico, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III. Trata-se dos princípios da legalidade e da anterioridade, dispositivos auto aplicáveis, pelos quais, não se pode cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os instituiu ou aumentou, nem no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Para maior clareza da aplicação deste princípio constitucional, convém apresentar emenda ao art. 2º do PL, isto é, que a lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do ano seguinte.

A proposta objetiva impedir que os benefícios fiscais do imposto de renda, relativos a empreendimentos localizados nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, em vez de configurar efetivo estímulo ao investidor, resultem em mera transferência de arrecadação do Erário brasileiro para o de outros países, nos casos de remessa de lucros e dividendos para investidores residentes no exterior.

O produto da arrecadação dessa contribuição de intervenção no domínio econômico destina-se a financiar projetos de infraestrutura, a cargo do Ministério da Integração Nacional, localizados nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM.

A Comissão de Finanças e Tributação, ao aprovar o Projeto, apresentou uma emenda de redação ao art. 1º, para substituir as expressões Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM pelas expressões Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Tal emenda goza dos atributos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, porquanto corresponde à denominação legal, atualmente vigente, daquelas entidades, que vieram substituir as antigas SUDENE e SUDAM, extintas pelo governo passado.

Deve-se notar, porém, que já tramita nesta Casa, o PLP nº 76, de 2003, originário do Poder Executivo, que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O Governo também está anunciando a intenção de recriar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Desde que concretizada essa hipótese, a redação original do Projeto de lei nº 3.678, de 2000, estará atualizada e juridicamente adequada, em lugar da Emenda da CFT, que fala em ADENE e ADA. Contudo, trata-se de fato jurídico futuro, ainda incerto neste momento.

Em conclusão, nada há a opor quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de lei nº 3.678, de 2000, apresentando-se, porém, a emenda ao art. 2º, referente à cobrança do tributo no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado EDUARDO PAES.
Relator

PROJETO DE LEI Nº 3.678, DE 2000

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação :

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do exercício seguinte.”

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado EDUARDO PAES.
Relator